



ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Modelo de Estudo Técnico Preliminar Padrão para Pregões - Lei n. 14.133/2021 - Versão 002
SEI n. 0034396-32.2021.8.24.0710

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

UNIDADE DEMANDANTE:

Divisão de Transporte – Diretoria de Infraestrutura

I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE PÚBLICA:

I.1 Qual a necessidade pública?

O presente estudo versa sobre as seguintes demandas:

1. Necessidade pública da contratação de veículos para as comarcas

A necessidade pública de contratação de veículos para as comarcas decorre da imprescindibilidade de garantir deslocamentos eficientes, seguros e contínuos para o exercício das atividades judiciais e administrativas nas unidades jurisdicionais do PJSC que apresentam uso intensivo de veículos.

Estudo técnico realizado pela Diretoria de Infraestrutura (DIE), constante do Processo n. 0009582-14.2025.8.24.0710, identificou as comarcas que demandam deslocamentos frequentes para o cumprimento de atividades essenciais à prestação jurisdicional.

O diagnóstico revelou que a frota atual, composta exclusivamente por veículos próprios, apresenta idade avançada, obsolescência tecnológica e custos elevados de manutenção, fatores que comprometem a confiabilidade, a segurança e a disponibilidade dos veículos para atender às demandas das comarcas. A ausência de dispositivos modernos de segurança em grande parte dos automóveis aumenta o risco de acidentes e sinistros, colocando em risco servidores e magistrados que necessitam se deslocar para o exercício de suas funções.

Diante desse cenário, a Administração determinou a renovação da frota veicular das comarcas que fazem uso intensivo dos veículos, de modo a:

- Assegurar o funcionamento regular das unidades jurisdicionais;
- Promover o acesso à Justiça;
- Cumprir prazos processuais e realizar diligências externas;
- Proteger a integridade física dos servidores e magistrados;
- Otimizar o uso dos recursos públicos, evitando custos excessivos com manutenção de veículos obsoletos;

- Alinhar-se às diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, conforme políticas institucionais e normativas do CNJ.

Em síntese, a necessidade pública da contratação está diretamente relacionada à garantia de mobilidade institucional eficiente, segura e contínua para as comarcas que comprovadamente dependem de deslocamentos frequentes para o pleno exercício das atividades judiciais e administrativas, conforme fundamentado no estudo técnico da DIE, constante do Processo n. 0009582-14.2025.8.24.0710.

2. Necessidade pública de contratação de veículos para a Casa Militar

A disponibilização de veículos para a Casa Militar tem como finalidade o atendimento aos deslocamentos terrestres em território nacional, com uso restrito às atividades inerentes à missão executada pela Assessoria de Polícia Militar do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), desenvolvidas de acordo com os dispositivos legais citados na Resolução Conjunta GP/CGJ N. 9 de 25 de março de 2021, que regulamenta a cadeia de custódia de armas de fogo, munição e produtos afins, apreendidos no âmbito do PJSC.

Rotineiramente, a Casa Militar recolhe quantidade considerável de material nas diversas comarcas do Estado e destina para destruição nas unidades do Exército Brasileiro localizadas nas cidades de Florianópolis, Tubarão, Criciúma, Lages, Blumenau, Joinville, São Miguel do Oeste, Porto União, no estado de Santa Catarina e Rio Negro no estado do Paraná.

A Casa Militar também realiza diversas apresentações de armas de fogo em sessões do júri e/ou audiências criminais em aproximadamente 25 (vinte e cinco) comarcas do Poder Judiciário catarinense.

Ainda, a Casa Militar atua no atendimento de autoridades do PJSC ou sob responsabilidade deste, como por exemplo nas atividades de escolta de magistrados e/ou autoridades constituídas em visita ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Outro ponto que merece destaque é a capacidade de atuação do policial militar integrante da Casa Militar no desempenho das referidas atribuições, pois o policial militar na condução das viaturas deve estar preparado para decidir a todo momento a melhor rota, principalmente em situações adversas (bloqueio de via, eventos climáticos repentinos, possível suspeita de emboscada). Cabe ainda apontar a precariedade de algumas rodovias. Portanto, para isso o policial militar deve ter a sua disposição um veículo que atenda todas as expectativas táticas, operacionais e de segurança que a missão exige, devido a sua característica de carroceria, pneus, e altura, específicas de um misto utilitário, semelhante ao utilizado atualmente para esta finalidade.

3. Necessidade pública da contratação de veículos para cursos de direção

A necessidade pública da contratação de veículos para a realização de cursos de direção promovidos pela Academia Judicial, em parceria com o Núcleo de Inteligência e Segurança Institucional – NIS, decorre da imprescindibilidade de garantir condições adequadas, seguras e eficientes para a capacitação prática dos participantes.

Desde o início desses cursos, a frota própria de veículos do PJSC tem sido utilizada. Contudo, o uso intensivo em atividades de treinamento, especialmente em pistas e autódromos, acelerou o desgaste dos automóveis, resultando em falhas recorrentes, alto custo de manutenção e comprometimento da segurança dos participantes. O histórico de manutenções demonstra que os gastos com reparos em todos os veículos atualmente empregados excedem 60% de seus valores de mercado, enquadrando-os como bens inservíveis segundo a Resolução GP n. 38/2024 e a Resolução CNJ n. 83/2009.

Ademais, os veículos próprios não foram projetados para suportar as condições adversas exigidas nos cursos de direção defensiva e evasiva, não possuem

cobertura securitária para esse tipo de uso e, atualmente, não há previsão contratual que autorize a utilização de unidades locadas para essa finalidade. A ausência de veículos adequados coloca em risco a continuidade dos cursos, a segurança dos participantes e instrutores, e compromete a eficiência administrativa e o cumprimento das diretrizes de capacitação institucional.

Tal situação ensejou deliberação da Administração de recolhimento dos veículos atualmente usados e a realização de estudos voltados à contratação de nova solução para este fim, conforme Processo n. 0038862-30.2025.8.24.0710.

Assim, a contratação de veículos especializados e devidamente preparados para a realização dos cursos de direção é necessária para:

- Garantir a continuidade dos cursos práticos de capacitação, essenciais para o aprimoramento das competências dos servidores do PJSC;
- Proporcionar maior segurança aos participantes e instrutores, evitando riscos decorrentes do uso de veículos inadequados ou desgastados;
- Otimizar o uso dos recursos públicos, evitando despesas excessivas com manutenção de veículos obsoletos e antieconômicos;
- Atender às recomendações normativas e legais para gestão patrimonial e renovação da frota, conforme Resolução GP n. 38/2024 e Resolução CNJ n. 83/2009;
- Assegurar que os veículos utilizados estejam devidamente preparados e autorizados para uso em cursos práticos, com cobertura securitária e assistência adequada.

Em resumo, a necessidade pública da contratação está diretamente vinculada à manutenção da qualidade, segurança e eficiência dos cursos de direção promovidos pelo PJSC, garantindo o atendimento das demandas institucionais de capacitação e o cumprimento das normas de gestão patrimonial e responsabilidade administrativa.

I.2 Será uma contratação inédita?

Não.

I.3 Como esta necessidade pública vem sendo atendida até o momento?

1. Comarcas

Até o momento, a necessidade pública de garantir deslocamentos nas comarcas do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (PJSC) tem sido atendida, predominantemente, por meio da utilização de veículos próprios, alocados nas unidades jurisdicionais. Esses veículos são utilizados para o cumprimento de diligências, atividades administrativas e demais demandas essenciais à prestação jurisdicional.

No entanto, o diagnóstico técnico aponta que a frota própria apresenta idade avançada, obsolescência tecnológica e custos elevados de manutenção. A ausência de renovação e a utilização regular resultaram em desgaste excessivo, falhas recorrentes e comprometimento da segurança dos servidores e magistrados. Apesar dos esforços para manter os veículos operantes, a manutenção tornou-se onerosa e, em muitos casos, antieconômica, conforme critérios estabelecidos pela Resolução GP n. 38/2024 e pela Resolução CNJ n. 83/2009.

2. Casa Militar

A Casa Militar dispõe de um veículo Trailblazer, ano/ modelo 2019/2020. O

veículo está impossibilitado de rodar e encontra-se em processo de baixa devido ao alto custo financeiro para os reparos necessários. O serviço de escolta (segurança e acompanhamento) que era realizado com o SUV mencionado está sendo atendido por um veículo de características sedan, veículo baixo que dependendo da via se torna lento e perigoso, do ponto de vista estratégico e operacional.

3. Cursos de direção promovidos pela Academia Judicial e NIS

A necessidade pública de veículos para a realização dos cursos de direção também tem sido atendida, até o momento, exclusivamente por meio da frota própria do PJSC. Desde o início desses cursos, veículos oficiais Renault Fluence vêm sendo empregados nas atividades práticas, inclusive em pistas e autódromos.

Contudo, o uso intensivo em treinamentos especializados acelerou o desgaste dos automóveis, resultando em falhas frequentes, especialmente em componentes de tração, e exigindo constantes intervenções em oficinas mecânicas. O histórico de manutenções revela que os gastos com reparos em todos os veículos atualmente empregados excedem 60% de seus valores de mercado, enquadrando-os como bens inservíveis ou antieconômicos.

Além disso, os veículos próprios não foram projetados para suportar as condições adversas exigidas nos cursos de direção defensiva e evasiva, não possuem cobertura securitária para esse tipo de uso e, atualmente, não há previsão contratual que autorize a utilização de unidades locadas para essa finalidade. Mesmo diante das limitações, a Diretoria de Infraestrutura tem encaminhado os veículos que necessitam de manutenção às oficinas credenciadas, visando mantê-los operantes e evitar a descontinuidade dos cursos até que uma nova contratação seja efetivada.

Em resumo:

As necessidades públicas vêm sendo atendidas, até o momento, por meio da utilização e manutenção da frota própria do PJSC. Contudo, o modelo atual apresenta limitações graves de eficiência, segurança e economicidade, evidenciando a urgência de renovação e de contratação de veículos especializados para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

I.3.1 Qual o número do processo administrativo da contratação anterior?

Não se aplica. Os veículos atualmente alocados nas comarcas, utilizados nos cursos de direção e os disponibilizados à Casa Militar são da frota própria.

I.4 Em que data a contratação para o atendimento desta necessidade precisa estar vigente?

Pretende-se que a contratação esteja vigente em 01/06/2026.

II. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

II.1 - Identificação da demanda no PCA: DIE 257.

Foi prevista a possibilidade de contratação compartilhada com outros órgãos, no caso de aquisição de bens por Sistema de Registro de Preços, conforme a Res. GP n. 02/2022?

() sim, razão pela qual podem ser consultados os órgãos públicos participantes dos Termos de Cooperação Técnica n. 47/2021 e n. 7/2024

(X) não. Justificativa: Não se trata de Sistema de Registro de Preços.

III. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

III.1 Quais os requisitos da contratação?

III.1.1 Requisitos funcionais

- **Veículos para as comarcas**

1. Tipo e capacidade: veículo elétrico, zero km, capacidade para 4 ocupantes;
2. Cada veículo deverá ser disponibilizado com 1 carregador portátil e 1 carregador Wallbox (equipamentos inclusos);
3. Autonomia Ciclo PBEV mínima: 250 km;
4. Potência mínima de 90 cv;
5. Air bag: mínimo 6.
6. Justificativa: A adoção de veículos elétricos para as comarcas atende às diretrizes institucionais de sustentabilidade, reduzindo emissões e contribuindo para a transição para uma frota de menor impacto ambiental. A contratação desses veículos permite incorporar tecnologias mais limpas e atualizadas, assegurando mobilidade adequada às unidades jurisdicionais sem gerar passivos ambientais ou patrimoniais decorrentes da manutenção de veículos convencionais.

- **Veículos para a Casa Militar**

1. Tipo e categoria: SUV, utilitário misto camioneta, zero km, capacidade para, no mínimo, 7 lugares;
2. Motor a diesel de, no mínimo, 2.700 cilindradas;
3. Motor com potência mínima de 200 cv.
4. Justificativa: a escolha por SUV 7 lugares decorre da necessidade de transportar equipes completas em missão, com robustez, segurança, conforto e espaço para bagagens/equipamentos, adequados a atividades de segurança institucional, escolta e apoio logístico.

- **Veículos para cursos de direção**

1. Composição por edição: 3 veículos por curso, sendo 1 SUV/Crossover (freio eletrônico) + 2 sedans médios (freio mecânico);
2. Condições gerais: até 2 anos de fabricação, ≤ 50.000 km;
3. Motor com potência mínima de 150 cv.
4. Justificativa: a diversidade de modelos (SUV/Crossover vs. sedans médios) e sistemas de freio distintos é crucial para treinamento realista, contemplando diferentes peso/altura/CG (centro de gravidade) e feedback de direção, preparando os alunos para situações variadas e tecnologias atuais.

III.1.2 Requisitos não funcionais

- **Local de entrega:**

1. Veículos para as comarcas: os veículos deverão ser entregues diretamente nas unidades jurisdicionais, conforme especificado na respectiva ordem de serviço.
2. Veículos para a Casa Militar e para os cursos de direção: entrega na

Sede do Tribunal de Justiça, localizada na rua Álvaro Millen da Silveira, nº 208, Centro, Florianópolis/SC, de acordo com a ordem de serviço.

III.1.3 Requisitos externos

- Veículos para as comarcas: Instalação do Wallbox será de responsabilidade do CONTRATANTE, incluindo adequações elétricas.
- Veículos para a Casa Militar: Os veículos serão equipados com iluminação de emergência (LED e estroboscópica) e sirene, às custas do CONTRATANTE. A instalação e eventual desinstalação desses equipamentos também serão responsabilidade da CONTRATANTE.
- Veículos para os cursos de direção: Os cursos serão ministrados por equipe do CONTRATANTE.
- Os veículos devem atender ao Código de Trânsito Brasileiro e normas ambientais vigentes, bem como devem ser entregues devidamente emplacados e licenciados no Estado de Santa Catarina.

III.1.4 Requisitos de sustentabilidade

- Baixa emissão de GEE: Adoção de veículos elétricos para as comarcas (objeto já contempla a diretriz).
- Manutenção preventiva regular: Os veículos deverão passar por manutenções preventivas periódicas, conforme orientações do fabricante, visando prolongar a vida útil dos automóveis, reduzir emissões de poluentes e evitar desperdício de recurso.
- Destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos: Todos os resíduos gerados nas manutenções (óleos lubrificantes, filtros, pneus, baterias, peças substituídas, etc.) deverão ser destinados conforme as normas ambientais vigentes.

IV. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADE:

IV.1 Quantas unidades de serviços ou bens deverão ser contratadas?

1. Veículos para as comarcas

Embora o estudo realizado pela Diretoria de Infraestrutura (DIE) tenha identificado que apenas 27 comarcas apresentam uso intensivo dos veículos atualmente disponíveis, a proposta é que a licitação contemple a contratação de 40 veículos.

A escolha por um quantitativo superior ao uso identificado justifica-se pela necessidade de formar uma reserva técnica, visando garantir flexibilidade e capacidade de resposta a demandas supervenientes.

Considerando o aumento da demanda pelos serviços da Central de Transporte Institucional (CTI), unidades poderão ser alocadas na sede do Tribunal.

Portanto, a contratação dos 40 veículos assegura não só o atendimento das necessidades atuais das 27 comarcas de uso intensivo, mas também a capacidade institucional de responder prontamente a imprevistos e ajustes operacionais futuros. Tal medida promove maior eficiência, segurança e continuidade dos serviços essenciais prestados pelo PJSC.

2. Veículos para a Casa Militar

A contratação de 2 veículos é considerada suficiente para atender às necessidades da Casa Militar. Esse quantitativo baseia-se no histórico operacional e na demanda registrada da unidade, correspondendo ao número de veículos atualmente empregados nas atividades de recolhimento e transporte de armas, munições e outros materiais bélicos, e no serviço de escolta, segurança e acompanhamento. A manutenção deste número de unidades garantirá a continuidade e a eficiência dos serviços essenciais prestados pela Casa Militar.

3. Veículos para cursos de direção

Cada edição do curso deverá contar com um grupo composto por 3 veículos, sendo 1 SUV/Crossover e 2 Sedans Médio.

O quantitativo mínimo necessário para atender à demanda anual baseia-se na previsão de realização de 1 (uma) edição mensal dos cursos ao longo de 12 meses. Essa estimativa deriva do histórico operacional e representa a quantidade mínima suficiente para assegurar a execução segura e eficiente dos treinamentos.

Ressalta-se que os cursos, tradicionalmente realizados de forma mensal, apresentam tendência de crescimento, podendo atingir até 18 edições por ano.

Cada edição exige que os veículos permaneçam disponíveis por 2 dias consecutivos, considerando o deslocamento até o local do treinamento e sua utilização durante as atividades.

Diante disso, as quantidades estimadas a serem contratadas são as seguintes:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada
Veículos para as comarcas			
1	Contratação de veículo elétrico	Veículo	40
Veículos para a Casa Militar			
2	Contratação mensal de veículo SUV (UTILITÁRIO MISTO CAMIONETA)	Veículo	2
Veículos para cursos de direção			
3	Contratação de veículo SUV/Crossover para curso de direção	Veículo	1
4	Contratação de veículo sedan para curso de direção	Veículo	2

IV.2 Qual o histórico da demanda pelo bem ou serviço?

1. Comarcas

Atualmente, as comarcas do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina dispõem de veículos próprios, sendo 1 ou 2 unidades por comarca, conforme a demanda por deslocamentos. Ao longo do tempo, algumas comarcas, por iniciativa própria, já haviam devolvido voluntariamente seus veículos à Administração, indicando redução ou adequação da necessidade local. Após estudo realizado pela DIE, a Administração deliberou por manter veículos apenas nas comarcas que apresentam uso intensivo (27 comarcas), visando maior eficiência, segurança e otimização dos recursos públicos. Essa decisão foi fundamentada em diagnóstico técnico que considerou o histórico de utilização, custos de manutenção, idade da frota e necessidades operacionais das unidades jurisdicionais (Processo n. 0009582-14.2025.8.24.0710).

2. Casa Militar

A Casa Militar utilizava um veículo Trailblazer, ano/ modelo 2019/2020, porém o veículo está impossibilitado de rodar e encontra-se em processo de baixa, e o serviço de escolta (segurança e acompanhamento) está sendo atendido por um veículo de características sedan.

3. Cursos de direção

Os cursos de direção são realizados de forma mensal, e exigem uma frota de veículos para a etapa prática. Atualmente, o quantitativo de 4 (quatro) veículos próprios têm sido disponibilizados para este fim. A demanda dos cursos é estruturada de forma a utilizar 3 (três) carros simultaneamente em cada evento de treinamento.

IV.3 Haverá incremento ou diminuição da demanda levando-se em conta os objetivos propostos no [Planejamento Estratégico Institucional](#) ou no planejamento específico da unidade gestora orçamentária, a exemplo do Plano de Obras ou Plano Diretor de Tecnologia da Informação?

Não há previsão de incremento ou diminuição da demanda.

IV.4 Haverá fixação de quantidade mínima por pedido, em caso de aquisição de bens?

Não será estabelecida quantidade mínima por pedido.

IV.4.1 Qual a justificativa caso não se indique quantidade mínima por pedido?

Não se aplica.

V. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO e ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Para a elaboração das estimativas de valores e a identificação das soluções disponíveis no mercado, foi realizada pesquisa de mercado abrangendo consultas a fornecedores, levantamentos em bases de contratações públicas e verificação de práticas adotadas por outros órgãos da Administração Pública.

Constatou-se que a locação de veículos é uma solução amplamente consolidada no setor público, sendo adotada por diversos entes federativos para atendimento das necessidades de mobilidade institucional, gestão eficiente de frotas e redução de custos associados à manutenção e depreciação de veículos próprios, inclusive pelo próprio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que vem recorrendo a essa modalidade de forma contínua ao longo dos últimos anos.

Entretanto, no que diz respeito à locação de veículos elétricos, objeto do item 1 desta contratação, verificou-se escassez de contratos públicos vigentes ou recentes que pudessem ser utilizados como referência direta. Essa limitação decorre, provavelmente, do fato de se tratar de uma modalidade ainda recente no âmbito das contratações públicas, cuja adoção vem ocorrendo de forma gradual e restrita a poucos órgãos que já incorporaram políticas mais consolidadas de transição energética e sustentabilidade em suas frotas.

Da mesma forma, em relação aos itens 3 e 4 (locação de veículos para cursos de direção), a pesquisa de mercado não identificou contratações públicas semelhantes, uma vez que a finalidade – uso em treinamentos práticos de direção defensiva e evasiva – apresenta especificidades pouco comuns nas contratações usuais de locação de veículos. Assim, para esses itens, a estimativa de preços baseou-se exclusivamente em consultas diretas a fornecedores do setor, considerando propostas apresentadas por empresas de locação com capacidade de disponibilizar os modelos e características técnicas requeridas.

Dessa forma, os valores estimados consolidados no quadro a seguir refletem a melhor referência disponível, construída a partir da combinação entre dados

de mercado, práticas consolidadas de locação de veículos comuns no setor público e consultas específicas para itens inovadores ou pouco usuais.

A aquisição de veículos constitui, igualmente, solução tecnicamente capaz de atender às necessidades de mobilidade institucional, assegurando disponibilidade plena dos bens, autonomia de gestão e incorporação dos automóveis ao patrimônio público. Por outro lado, essa alternativa implica a assunção integral dos encargos de manutenção, seguro, licenciamento, depreciação e gestão patrimonial, custos que tendem a se intensificar em frotas submetidas a uso contínuo e intensivo. No âmbito da Administração Pública, observa-se uma tendência consolidada de migração para a locação de veículos, justamente para evitar o acúmulo de passivos de manutenção e obter maior flexibilidade operacional.

V.1 QUADRO COMPARATIVO

Solução	Descrição, considerando o ciclo de vida da solução	Requisitos (funcionais)	Valor estimado considerando o ciclo de vida da solução	Fonte da pesquisa de mercado
Solução 1	Aquisição de veículos	Atende	R\$ 7.375.027,00* , sendo: - R\$ 6.046.240,00 para o item 1 (40 veículos para as comarcas); - R\$ 790.418,00 para o item 2 (2 veículos para a Casa Militar); - R\$ 192.917,00 para o item 3 (1 SUV para curso de direção); e - R\$ 345.452,00 para o item 4 (2 sedan para curso de direção). *Sem considerar custos com seguro, manutenção e custos administrativos com gestão, tampouco a receita com eventual desfazimento dos bens.	Mídia eletrônica especializada/ fabricante (docs. 10147825 e 10246414)

Solução 2	Locação de veículos	Atende	R\$ 5.167.262,20* , sendo: - R\$ 4.001.280,00 para o item 1 (40 veículos para as comarcas); - R\$ 459.482,20 para o item 2 (2 veículos para a Casa Militar); - R\$ 337.500,00 para o item 3 (1 SUV para curso de direção); e - R\$ 369.000,00 para o item 4 (2 sedan para curso de direção). *custos para 12 meses de vigência.	Fornecedores e contratação similar de outro ente público (TJMA). (docs. 10147869, 10246443 e 10246495)
-----------	---------------------	--------	--	--

V.2 INDICAÇÃO SOBRE A NATUREZA DOS BENS (COMUM OU LUXO) APONTADOS NAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS:

Todos os veículos são considerados bens comuns, não havendo objetos de luxo no pedido.

VI. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO):

VI.1 A adjudicação do objeto se dará por item ou por grupo de itens?

Os itens 3 e 4 (Veículos para cursos de direção) deverão ser adjudicados de forma agrupada. A adjudicação dos demais objetos (Item 1 – Veículos para as comarcas, e Item 2 – Veículos para a Casa Militar) deverá ser feita por item.

VI.2 Em caso de agrupamento de itens, quais as justificativas da não adoção do parcelamento da solução?

O agrupamento dos itens 3 (Contratação de veículo SUV/Crossover para curso de direção) e 4 (Contratação de veículo sedan para curso de direção) justifica-se porque ambos compõem um único conjunto operacional indispensável à realização dos cursos de direção. Cada edição do curso exige a utilização simultânea e integrada de 1 SUV/Crossover e 2 Sedans, de modo que a contratação separada poderia comprometer a disponibilidade coordenada dos veículos e gerar risco de cancelamento ou atraso das capacitações.

Além disso:

- Há interdependência técnica entre os veículos, utilizados de forma combinada em exercícios que comparam dinâmica, frenagem e comportamento de diferentes categorias.
- O agrupamento garante logística uniforme, com entrega, manutenção e substituição sob um único fluxo de atendimento.

- Evita-se a fragmentação da gestão contratual, reduzindo ordens de serviço, comunicações e riscos de inconsistências entre seguros, assistência e padrões de manutenção.
- O mercado dispõe de empresas aptas a fornecer todos os modelos, preservando a competitividade.
- A contratação conjunta permite economia de escala, com melhores condições comerciais do que contratações isoladas.

Dessa forma, o parcelamento dos itens 3 e 4 não seria vantajoso técnica ou economicamente, sendo adequado o agrupamento, dada a natureza integrada do uso dos veículos nos cursos de direção.

VII. RESULTADOS PRETENDIDOS:

A contratação de novos veículos pelo Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC) visa promover ganhos substanciais de eficiência e segurança nas atividades institucionais.

Benefícios diretos:

- Comarcas (Unidades Jurisdicionais): A renovação da frota das comarcas com veículos novos aprimorará a mobilidade, garantindo o funcionamento regular e seguro das unidades. A substituição de veículos obsoletos por novos modelos otimiza o uso dos recursos públicos e elimina custos relacionados à manutenção e gestão de ativos antigos. Além dos ganhos em eficiência e segurança, a adoção de veículos elétricos representa um avanço significativo nas práticas de sustentabilidade, promovendo a redução das emissões de gases poluentes e o alinhamento às políticas institucionais e normativas do CNJ voltadas à responsabilidade socioambiental.
- Casa Militar: A contratação de SUV de 7 lugares permitirá o atendimento eficiente e imediato das demandas estratégicas de transporte, escolta e logística, fortalecendo a atuação operacional da Assessoria de Polícia Militar junto ao PJSC, que atualmente está defasada devido à baixa do veículo anteriormente utilizado pelo setor.
- Cursos de Direção: A disponibilização de novos veículos para os treinamentos práticos assegura a continuidade das capacitações e eleva o padrão de segurança para participantes e instrutores, contribuindo para o cumprimento das diretrizes de desenvolvimento institucional e a qualificação do corpo funcional.

Benefícios indiretos:

- Indiretamente, a contratação de novos veículos contribui para a melhoria da imagem institucional do TJSC, reforçando o compromisso com a inovação, a modernização dos serviços e o respeito ao meio ambiente.
- De forma abrangente, a renovação da frota permitirá maior confiabilidade operacional, redução de interrupções decorrentes de falhas mecânicas, incremento na segurança dos deslocamentos e maior previsibilidade no atendimento das atividades finalísticas do PJSC. A atualização do conjunto de veículos utilizados nas diversas áreas promove um ambiente institucional mais preparado, seguro e eficiente, diretamente refletindo na qualidade dos serviços prestados à sociedade catarinense.

VIII. PROVIDÊNCIAS PARA CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO

CONTRATUAL:

VIII.1 Será necessário realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual?

Não, considerando que não há inovação na presente contratação, não será necessário adotar providências específicas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem realizar capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual.

VIII.2 Será necessário realizar alguma adequação de ambiente para que o instrumento contratual possa ser celebrado?

Eventuais necessidades de adequação de ambiente relacionadas à instalação dos equipamentos Wallbox serão de responsabilidade do CONTRATANTE. Contudo, considerando que o carregamento do veículo deverá ser possível em qualquer tipo de tomada, a execução do contrato poderá ser iniciada antes mesmo da instalação do equipamento, a critério do CONTRATANTE.

IX. CONTRATAÇÕES CORRELATAS:

IX.1 Será necessária alguma contratação interdependente para o início desta que será contratada?

Não será necessária contratação interdependente para o início desta contratação.

IX.2 Será necessária alguma contratação correlata a esta que será contratada?

Não será necessária contratação correlata para a execução desta contratação.

X. IMPACTOS AMBIENTAIS e PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

X.1 Quanto aos critérios e práticas de sustentabilidade, preencher uma das seguintes alternativas

(X) Esta licitação possui item com critério de sustentabilidade indicado como requisito sustentável (indicar qual requisito foi estabelecido no item III);

() Apesar de haver critérios de sustentabilidade, optou-se por não adotá-los.

() Não há critérios de sustentabilidade.

X.1.1 Qual a justificativa da não adoção de critérios de sustentabilidade ou de não haver critérios de sustentabilidade?

Serão adotados critérios de sustentabilidade.

X.2 Houve consulta ao Guia de Contratações Sustentáveis do PJSC pelos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação?

Sim.

XI. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO QUE MELHOR ATENDE À NECESSIDADE PÚBLICA:

Com base nos estudos realizados e nas análises expostas neste documento, conclui-se que a solução que melhor atende à necessidade institucional é a contratação de serviços continuados de locação de veículos, sem motorista e sem

fornecimento de combustível, com quilometragem livre, observando-se:

1. Veículos para as comarcas

As locações serão realizadas de forma mensal, na quantidade de 40 veículos por mês, totalizando 480 no período de 12 meses, e 960 no período de 24 meses;

2. Veículos para a Casa Militar

As locações ocorrerão de forma mensal, na quantidade de 2 veículos por mês, totalizando 24 no período de 12 meses, e 48 no período de 24 meses;

3. Veículos para cursos de direção

As locações serão realizadas por diária. Cada edição do curso deverá contar com 3 (três) veículos, sendo 1 (um) SUV/Crossover e 2 (dois) sedans médios.

A quantidade de diárias está vinculada à logística de entrega e devolução dos veículos. Considerando-se:

- até 18 (dezoito) edições anuais;
- duração de 1 (um) dia por curso;
- necessidade de disponibilização dos veículos ao CONTRATANTE até as 12h do dia anterior ao início do curso; e
- devolução à CONTRATADA até as 12h do dia posterior ao término;

Estabelece-se o prazo de 2 (duas) diárias de 24 horas por grupo de veículos, totalizando 36 diárias no período de 12 meses e 72 diárias no período de 24 meses para o veículo SUV/Crossover, bem como 72 diárias no período de 12 meses e 144 diárias no período de 24 meses para o veículo sedan.

Diante disso, as quantidades estimadas a serem contratadas são as seguintes:

Item	Descrição	Unidade de medida	Quantidade estimada para 12 meses (máxima)	Quantidade estimada para 24 meses (máxima)
Veículos para as comarcas				
1	Locação de veículo elétrico	Mensalidade	480	960
Veículos para a Casa Militar				
2	Locação de veículo SUV (UTILITÁRIO MISTO CAMIONETA)	Mensalidade	24	48
Veículos para cursos de direção				
3	Locação de veículo SUV/Crossover para curso de direção	Diária	36	72
4	Locação de veículo sedan para curso de direção	Diária	72	144

XII. ADEQUAÇÃO DO OBJETO À NECESSIDADE:

A locação de veículos revela-se a alternativa mais adequada para atender à necessidade pública do Poder Judiciário de Santa Catarina (PJSC), considerando as especificidades dos serviços prestados e a experiência já consolidada com essa modalidade de contratação.

Amplamente ofertada pelo mercado, a locação dispensa a gestão patrimonial dos bens, como contratação de seguro, manutenções e procedimentos de desfazimento ao final da vida útil, proporcionando maior eficiência administrativa, flexibilidade e redução de custos operacionais, em consonância com os objetivos institucionais de economicidade e sustentabilidade.

No que concerne aos veículos destinados às comarcas, a escolha pela locação de veículos elétricos reforça o compromisso institucional com práticas ambientalmente responsáveis, contribuindo para a redução de emissões e alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade adotadas pelo PJSC.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Augusto Raulino, Técnico Judiciário Auxiliar**, em 26/01/2026, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Sabrina Bunn Schwalb, Assessor Técnico**, em 26/01/2026, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Filipe Martins, Chefe de Divisão**, em 26/01/2026, às 15:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Jesus, Diretora**, em 26/01/2026, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tjsc.jus.br/verificacao> informando o código verificador **10249427** e o código CRC **ED9BECFD**.